



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

1484/2019

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, à Secretária Municipal de Política Urbana, Exa. Sra. Maria Fernandes Caldas, pedido de informação relacionada ao empreendimento "Telha Norte" e Supermercado BH" da Av. Silva Lobo, no Bairro Prado.

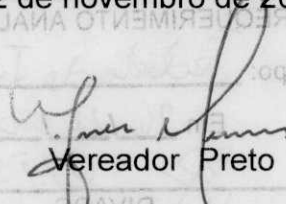
Objetivando identificar o cumprimento da legislação, foi solicitada através de Requerimento nº 951/19, Certidão de Inteiro Teor, enviada pelo Prefeito Alexandre Kalil, assim como Estudo técnico realizado pela Divisão de Consultoria dessa Câmara Municipal. Entretanto, ainda são necessários os seguintes esclarecimentos:

- o empreendimento em questão, pelas suas características, se enquadra como empreendimento de impacto para fins de licenciamento urbanístico, conforme dispõe o Art. 74 B – inciso I da Lei nº 7166/96, no que se refere ao número de vagas de estacionamento de veículos previstos para o empreendimento?

- quais as propostas de requalificação urbana da área da Av. Silva Lobo sob o viaduto da Av. Amazonas?

Esclareço ainda que os vereadores, membros dessa Comissão, pretendem realizar a medição dos estacionamentos, tendo em vista denúncia feita relatando a presença de mais de 300 vagas em cada andar do empreendimento.

Belo Horizonte, 22 de novembro de 2019.


Vereador Preto

Ao Senhor
Vereador Elvis Côrtes
Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
26 / 11 / 19
Am/600
Responsável pela distribuição

CHEH_DIREG-25/nov/19-13:56:36-009103-1

REQUERIMENTO ANALISADO
Tipo: Pedido de Informação
Em 26/11/2019
88 01568
DIVAPC

51L 3824



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO

DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA

ESTUDO TÉCNICO RELATIVO À ANÁLISE DO NÚMERO DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS IMPLANTADAS EM EMPREENDIMENTO NÃO RESIDENCIAL ESPECÍFICO, SITUADO NO BAIRRO CALAFATE

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este estudo pretende analisar o processo de concessão de Alvará de Construção a empreendimento não residencial situado à Av. Amazonas, entre a Av. Silva Lobo e a Rua Junquinhos, no Bairro Calafate, objetivando identificar o cumprimento da legislação em vigor o que se refere à exigência de número de vagas para estacionamento de veículos na edificação. O referido processo foi solicitado ao Prefeito Alexandre Kalil por meio do Requerimento nº 951/19, aprovado em agosto de 2019 na Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana. A resposta contendo a documentação foi encaminhada à Comissão em setembro de 2019.

O texto do Requerimento nº 951/19 menciona que em audiência pública realizada pela Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana foram debatidas as "medidas mitigadoras e compensatórias de meio ambiente e relacionadas ao Relatório de Impacto de Circulação - RIC - dos empreendimentos" e "surgiram dúvidas a respeito da possibilidade de enquadramento do empreendimento como empreendimento de impacto para fins de licenciamento urbanístico, conforme dispõe o art. 74-B da Lei nº 7.166/96, no que se refere, por exemplo, ao número máximo de vagas de estacionamento de veículos previstas para o empreendimento".

Na audiência pública, representantes da comunidade local se manifestaram contrários às alterações no sistema viário propostas para mitigação dos impactos do empreendimento e alertaram para o fato de não terem sido ouvidos. Tais representantes propuseram que se promova uma requalificação urbana da área da Av. Silva Lobo sob o viaduto da Av. Amazonas (Viaduto 52).



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DOCUMENTAÇÃO ENCAMINHADA PELA PBH

Em resposta ao Requerimento nº 951/19, a Secretaria Municipal de Política Urbana encaminhou à Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana os seguintes documentos:

1. relatório da Comissão de Diretrizes para Parcelamento (processo nº 01-134.953-15-90);
2. cópia digital do processo administrativo nº 01.102.190/15-09.

Dentre os itens constantes do Relatório da Comissão de Diretrizes para Parcelamento, ressalta-se que:

- o terreno possui frente para os logradouros Av. Amazonas, Av. Silva Lobo, Rua Junquilhos e Rua Marajó, configurando um quarteirão;
- a área está inserida no zoneamento ZAP - Zona de Adensamento Preferencial - e na Operação Urbana Consorciada 'Corredores Prioritários de Transporte - Av. Amazonas';
- dentre as diretrizes apresentadas, cabe destacar:
 - que fica definida a modalidade de reparcelamento e loteamento;
 - que deverá ser obtida a Licença Ambiental junto ao Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMAM (deverá ser apresentada Licença Ambiental em vigor no protocolo do projeto de parcelamento do solo) e caso o processo de licenciamento ambiental venha de encontro às diretrizes descritas, as determinações daquele prevalecerão sobre as diretrizes.

O processo administrativo nº 01.102.190/15-09 contém:

- aprovação de projeto de edificação;
- emissão de Alvará de Construção.

Dentre as informações constantes do processo administrativo nº 01.102.190/15-09 merecem destaque:

229



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- o empreendimento não foi considerado empreendimento de impacto, como se observa no documento de 'Caracterização da edificação para licenciamento/regularização';



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

CARACTERIZAÇÃO DA EDIFICAÇÃO PARA LICENCIAMENTO / REGULARIZAÇÃO

Nº
2015R06902

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	
5.1 - TRATA-SE DE EMPREENDIMENTO DE PAVIMENTO?	5.2 - TRATA-SE DE EMPREENDIMENTO DE PAVIMENTO DE CATEGORIA?
NÃO	NÃO
5.3 - TRATA-SE DE REGULARIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTO QUE ANTERIORMENTE FUI INCLUSIVE CONSIDERADO CONCLUÍDO?	
NÃO	
5.4 - O TERRENO ESTÁ NO DOMÍNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO?	5.5 - SE NÃO, QUAL O TIPO DE TERRENO?
NÃO	5.5.1 - SE NÃO, QUAL O TIPO DE TERRENO?
5.6 - HÁ VERIFICAÇÃO DE TERRENO EM RISCO DE DESASTRE?	5.6.1 - HÁ VERIFICAÇÃO DE TERRENO EM RISCO DE DESASTRE?
NÃO	NÃO
5.7 - HÁ VERIFICAÇÃO DE TERRENO EM RISCO DE DESASTRE?	5.7.1 - HÁ VERIFICAÇÃO DE TERRENO EM RISCO DE DESASTRE?
NÃO	NÃO
5.8 - TRATA-SE DE LICENCIAMENTO DE OBRA DE INTERESSE PÚBLICO?	5.8.1 - TRATA-SE DE LICENCIAMENTO DE OBRA DE INTERESSE PÚBLICO?
NÃO	NÃO
5.9 - O PROPRIETÁRIO REQUERER A VISA DE CONSTRUÇÃO DO EMPREENDIMENTO?	5.9.1 - O PROPRIETÁRIO REQUERER A VISA DE CONSTRUÇÃO DO EMPREENDIMENTO?
NÃO	NÃO
5.10 - TRATA-SE DE LICENCIAMENTO DE OBRA DE INTERESSE PÚBLICO?	5.10.1 - TRATA-SE DE LICENCIAMENTO DE OBRA DE INTERESSE PÚBLICO?
NÃO	NÃO
5.11 - TRATA-SE DE LICENCIAMENTO DE OBRA DE INTERESSE PÚBLICO?	5.11.1 - TRATA-SE DE LICENCIAMENTO DE OBRA DE INTERESSE PÚBLICO?
NÃO	NÃO
5.12 - TRATA-SE DE LICENCIAMENTO DE OBRA DE INTERESSE PÚBLICO?	5.12.1 - TRATA-SE DE LICENCIAMENTO DE OBRA DE INTERESSE PÚBLICO?
NÃO	NÃO
5.13 - TRATA-SE DE LICENCIAMENTO DE OBRA DE INTERESSE PÚBLICO?	5.13.1 - TRATA-SE DE LICENCIAMENTO DE OBRA DE INTERESSE PÚBLICO?
NÃO	NÃO
5.14 - TRATA-SE DE LICENCIAMENTO DE OBRA DE INTERESSE PÚBLICO?	5.14.1 - TRATA-SE DE LICENCIAMENTO DE OBRA DE INTERESSE PÚBLICO?
NÃO	NÃO

Folha nº 04 do processo administrativo nº 01.102.190/15-09

- a Rua Bogari se caracteriza como via local e sua permissividade de uso é VR (via preferencialmente residencial); a Av. Amazonas e a Av. Silva Lobo se caracterizam como vias arteriais, ambas com a permissividade de uso de VM (via de caráter misto), conforme documento 'Informação Básica para Edificações¹';

¹ As informações básicas estão nas páginas 9 a 15 do processo administrativo nº 01.102.190/15-09 e foram solicitadas em 26/08/14.

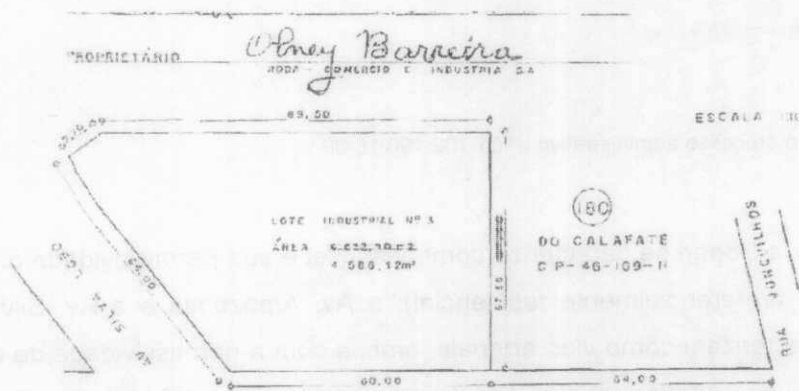


CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



Folha nº 13 do processo administrativo nº 01.102.190/15-09

- o empreendimento será implantado no lote 3 da quadra 180;



Folha nº 16 do processo administrativo nº 01.102.190/15-09

- durante o processo de aprovação, o projeto foi submetido a interfaces com:
 - a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (proposta de intervenção arbórea), que emitiu parecer contendo orientações e condições;
 - a BHTrans (ajardinamento de afastamento frontal em vias arteriais, acessos de veículos à edificação e vagas de carga e descarga e, posteriormente, previsão de alargamento da Av. Silva Lobo), que emitiu parecer contendo orientações e condições;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- foi emitido Alvará de Construção em 28/03/16. O documento prevê 167 vagas para veículos leves:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE **SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE REGULAÇÃO URBANA** **GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO URBANÍSTICO** **GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO DE EDIFICAÇÕES** 122a

ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO Nº 201600282

Processo: 01.102.190.15-09 Data de concessão: 28/03/2016
Número de Protocolo: 0176896-008 Data da Ult. Alteração: 28/03/2016

Data de Validade: 28/03/2020

Responsáveis
Requerente(s)/Proprietário(s): CLASS ADMINISTRACAO E EMPREENDIMENTOS LTDA CNPJ: 13.806.693/0001-96
Representante(s) Legal(is): EDUARDO NEFFA SIMAO CPF: 512.821.356-00
Responsável Técnico: MELASIPPO ARQUITETURA E DESIGN LTDA - ME Registro de Orgão de Nº 294420

Localização da construção
Regional: OESTE
Zona Fiscal: 150 Quarteirão 160 Lote(s): 003

AVENIDA SILVA LOBO, nº 875 Barro: Calafate

Descrição da edificação
Uso: NÃO RESIDENCIAL APROVACAO INICIAL Lei: 9959/10
Unidades Residenciais: - Unidades não residenciais: 83

Bloco: 01

Tipo	Piso	Uso	Área Construída(m²)
PAVIMENTO	1	NÃO RESIDENCIAL CAIXA D'ÁGUA	1971,24
PAVIMENTO	2	GARAGEM GUARITA	1809,36
PAVIMENTO	3	NÃO RESIDENCIAL	424,99
PAVIMENTO	4 a 7	NÃO RESIDENCIAL	406,37 (cada)
PAVIMENTO	8 a 10	NÃO RESIDENCIAL	341,52 (cada)
PAVIMENTO	11	CAIXA D'ÁGUA	127,71

ÁREA CONSTRUÍDA TOTAL: 6783,3400

Vagas de Estacionamento

Veículo Automotor	Total:
Veículos leves: 167 PNE: 6 Carga/Descarga: 1 Embarque/Desembarque: 0	173
Adicionais:	0

Motocicletas
Total: 0

Bicicletas
Total: 0

Área Permeável Total: 1120,81 m²

Folha nº 122 do processo administrativo nº 01.102.190/15-09

- foi solicitado modificação com acréscimo e foi emitido novo Alvará de Construção. O documento prevê 271 vagas para veículos leves e 38 vagas para motocicletas:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE		RELATÓRIO DE ANÁLISE DOCUMENTAL DOCUMENTAÇÃO ACATADA e INTERFACES	
Nº PROCESSO	01.102.190.15-09	Nº PROPOSTA	0176696-012/134
PROPOSTA	PROPOSTA DE MODIFICAÇÃO	DATA DE ABERTURA DO PROCESSO	29/05/14
PROPRIETÁRIO	Class Administração e Empreendimentos Ltda	DATA DE ABERTURA DO PROCESSO	29/05/14
TÍTULO DO PROJETO		DATA DE ABERTURA DO PROCESSO	29/05/14
SINOPSE			
1. Apresentação inicial			
2. Modificação com Atribuição			
3. Modificação sem Atribuição			
4. Modificação sem Atribuição			
5. Levantamento Total do Vizinhança			
6. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança			
7. Levantamento do Vizinhança com Projeto de Modificação			
8. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança com Projeto de Modificação			
9. Levantamento Total do Vizinhança			
10. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança			
11. Levantamento Total do Vizinhança com Projeto de Modificação			
12. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança com Projeto de Modificação			
13. Levantamento Total do Vizinhança			
14. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança			
15. Levantamento Total do Vizinhança com Projeto de Modificação			
16. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança com Projeto de Modificação			
17. Levantamento Total do Vizinhança			
18. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança			
19. Levantamento Total do Vizinhança com Projeto de Modificação			
20. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança com Projeto de Modificação			
21. Levantamento Total do Vizinhança			
22. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança			
23. Levantamento Total do Vizinhança com Projeto de Modificação			
24. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança com Projeto de Modificação			
25. Levantamento Total do Vizinhança			
26. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança			
27. Levantamento Total do Vizinhança com Projeto de Modificação			
28. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança com Projeto de Modificação			
29. Levantamento Total do Vizinhança			
30. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança			
31. Levantamento Total do Vizinhança com Projeto de Modificação			
32. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança com Projeto de Modificação			
33. Levantamento Total do Vizinhança			
34. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança			
35. Levantamento Total do Vizinhança com Projeto de Modificação			
36. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança com Projeto de Modificação			
37. Levantamento Total do Vizinhança			
38. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança			
39. Levantamento Total do Vizinhança com Projeto de Modificação			
40. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança com Projeto de Modificação			
41. Levantamento Total do Vizinhança			
42. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança			
43. Levantamento Total do Vizinhança com Projeto de Modificação			
44. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança com Projeto de Modificação			
45. Levantamento Total do Vizinhança			
46. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança			
47. Levantamento Total do Vizinhança com Projeto de Modificação			
48. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança com Projeto de Modificação			
49. Levantamento Total do Vizinhança			
50. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança			
51. Levantamento Total do Vizinhança com Projeto de Modificação			
52. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança com Projeto de Modificação			
53. Levantamento Total do Vizinhança			
54. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança			
55. Levantamento Total do Vizinhança com Projeto de Modificação			
56. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança com Projeto de Modificação			
57. Levantamento Total do Vizinhança			
58. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança			
59. Levantamento Total do Vizinhança com Projeto de Modificação			
60. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança com Projeto de Modificação			
61. Levantamento Total do Vizinhança			
62. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança			
63. Levantamento Total do Vizinhança com Projeto de Modificação			
64. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança com Projeto de Modificação			
65. Levantamento Total do Vizinhança			
66. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança			
67. Levantamento Total do Vizinhança com Projeto de Modificação			
68. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança com Projeto de Modificação			
69. Levantamento Total do Vizinhança			
70. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança			
71. Levantamento Total do Vizinhança com Projeto de Modificação			
72. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança com Projeto de Modificação			
73. Levantamento Total do Vizinhança			
74. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança			
75. Levantamento Total do Vizinhança com Projeto de Modificação			
76. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança com Projeto de Modificação			
77. Levantamento Total do Vizinhança			
78. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança			
79. Levantamento Total do Vizinhança com Projeto de Modificação			
80. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança com Projeto de Modificação			
81. Levantamento Total do Vizinhança			
82. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança			
83. Levantamento Total do Vizinhança com Projeto de Modificação			
84. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança com Projeto de Modificação			
85. Levantamento Total do Vizinhança			
86. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança			
87. Levantamento Total do Vizinhança com Projeto de Modificação			
88. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança com Projeto de Modificação			
89. Levantamento Total do Vizinhança			
90. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança			
91. Levantamento Total do Vizinhança com Projeto de Modificação			
92. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança com Projeto de Modificação			
93. Levantamento Total do Vizinhança			
94. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança			
95. Levantamento Total do Vizinhança com Projeto de Modificação			
96. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança com Projeto de Modificação			
97. Levantamento Total do Vizinhança			
98. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança			
99. Levantamento Total do Vizinhança com Projeto de Modificação			
100. Levantamento do Atribuído, Lei Vizinhança com Projeto de Modificação			

Folha nº 130 do processo administrativo nº 01.102.190/15-09



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO

201600262

Pendente comunicado de início de obra.

DADOS GERAIS

Nº Processo 01.102.190.15-09
Protocolo SIAAP 0176696-012
Alvará concedido em 28/03/2016
Data de validade 28/03/2020
Tipo de alvará Alvará na Hora
Data de início da obra Pendente comunicado de início de obra
Data do projeto de modificação 14/05/2017

REQUERENTE

Nome Class Administração e Empreendimentos Ltda
CNPJ 13.806.693/0001-56

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Projeto Melasippo Arquitetura e Design Ltda - Me - CAU 294420
Obra

LOCALIZAÇÃO

Bairro Oficial Zona Fiscal Quarteirão Lote(s)
Bairro Catapé 150 160 003

DESCRIÇÃO DA EDIFICAÇÃO

Título Modificação
Uso Não residencial Lei 9.859/10
Unid. 0 Unid. Não Residenciais 63
Área Construída 9.852,42 m² Área Permeável 1.125,81 m²



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PIREIA / BLOCOS

Bloco 1

Tipo	Piso(s)	Uso(s)	Área Construída	Unid. Resid. / Não Resid.
Pav.	1	Uso comum, Não residencial e Caixa	1.971,17 m²	0 / 6
Pav.	2	Garagem, Uso comum e Guarita	1.593,58 m²	0 / 0
Pav.	3 - 4	Garagem e Uso comum	1.592,88 m²	0 / 0
Pav.	5	Garagem, Uso comum e Não residencial	420,45 m²	0 / 10
Pav.	6 - 9	Não residencial	400,67 m²	0 / 10
Pav.	10 - 12	Não residencial	326,86 m²	0 / 9
Pav.	13	Caixa d'água	96,20 m²	0 / 0
			9.850,42 m²	0 / 83

Vagas	
Motocicletas 38	Bicicletas 0
Veículos automotores (279 vagas)	
Veículos Leves 271	PCD 8
Carga / 0 Descarga	Embarque / 0 Desembarque

Folha nº 132 do processo administrativo nº 01.102.190/15-09

- foi solicitado modificação sem acréscimo e foi emitido novo Alvará de Construção. O documento prevê 271 vagas para veículos leves e 38 vagas para motocicletas:

RELATÓRIO DE ANÁLISE DOCUMENTAL			
DOCUMENTAÇÃO ACATADA E INTERFACES			
Nº PROJETO	Nº PROPOSTA	DATA DE ABERTURA DO PROCESSO	Nº RECUP. PROT.
01.102.190/15-09	01.102.190/15-09	27-06-15	27-06-15
PROPOSTA	CONDIÇÃO	QUANTIDADE	ÁREA
38 vagas para motocicletas	38	38	38 x 1,80 m²
TÍTULO DO PROJETO			
CONDIÇÕES			
1. Aproveitamento	6. Serviço de Água e Esgoto	11. Serviço de Água e Esgoto	12. Serviço de Água e Esgoto
2. Mudança de Uso	7. Serviço de Água e Esgoto	13. Serviço de Água e Esgoto	14. Serviço de Água e Esgoto
3. Mudança de Uso	8. Serviço de Água e Esgoto	15. Serviço de Água e Esgoto	16. Serviço de Água e Esgoto
4. Mudança de Uso	9. Serviço de Água e Esgoto	17. Serviço de Água e Esgoto	18. Serviço de Água e Esgoto
5. Mudança de Uso	10. Serviço de Água e Esgoto	19. Serviço de Água e Esgoto	20. Serviço de Água e Esgoto
USO DA EDIFICAÇÃO			
<input type="checkbox"/> RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	<input type="checkbox"/> RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR VERTICAL	<input type="checkbox"/> MISTO	<input type="checkbox"/> RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR VERTICAL POR ZONAS
<input checked="" type="checkbox"/> NÃO RESIDENCIAL	<input type="checkbox"/> RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR HORIZONTAL	<input type="checkbox"/> MISTO	<input type="checkbox"/> RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR VERTICAL POR ZONAS
TIPO DE CONSTRUÇÃO	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> NÃO
PLANO DE CONSTRUÇÃO	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> NÃO
PROPOSTA DE PROJETO	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> NÃO
ANEXO 1 - PROJETO	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> NÃO

Folha nº 136 do processo administrativo nº 01.102.190/15-09



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO

201600282

Pendente comunicado de início de obra.

DADOS GERAIS

Nº Processo: 01.102.190.15-09 Protocolo SIASP: 0176696-013
Alvará concedido em: 28/03/2016 Data de validade: 28/03/2020
Tipo de alvará: Alvará na Hora Data de início da obra: Pendente comunicado de início de obra
Data do projeto de modificação: 05/07/2017

REQUERENTE

Nome: Class Administração e Empreendimentos Ltda
CNPJ: 13.806.693/0001-56

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Projeto: Melasppo Arquitetura e Design Ltda - Me - CAU 294420
Obra:

LOCALIZAÇÃO

Bairro Oficial	Zona Fiscal	Quarteirão	Lote(s)
Bairro Catafate	150	180	003

DESCRIÇÃO DA EDIFICAÇÃO

Título: Modificação

Uso: Não residencial Lei: 9.959/10

Unid. Residenciais: 0 Unid. Não Residenciais: 83

Área Construída: 9.850,42 m² Área Permeável: 1.125,81 m²



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO

20160

Pisqs / Blocos

Bloco 1

Tipo	Piso(s)	Uso(s)	Área Construída	Unid. Resid. / Não Resid.
Pav.	1	Uso comum, Não residencial e Caixa	1.971,17 m²	0 / 6
Pav.	2	Garagem, Uso comum e Garagem	1.593,58 m²	0 / 0
Pav.	3 - 4	Garagem e Uso comum	1.592,86 m²	0 / 0
Pav.	5	Garagem, Uso comum e Não residencial	420,45 m²	0 / 10
Pav.	6 - 9	Não residencial	400,67 m²	0 / 10
Pav.	10 - 12	Não residencial	326,66 m²	0 / 9
Pav.	13	Caixa d'água	95,20 m²	0 / 0
			9.850,42 m²	0 / 83



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Vagas	
Motocicletas 38	Bicicletas 0
Veículos automotores (279 vagas)	
Veículos Leves 271	PCD 8
Carga / 0	Embarque / 0
Descarga	Desembarque

Folha nº 138 do processo administrativo nº 01.102.190/15-09

- foi solicitado modificação com decréscimo e foi emitido novo Alvará de Construção. O documento prevê 168 vagas para veículos leves e 14 vagas para motocicletas:

RELATÓRIO DE ANÁLISE DOCUMENTAL DOCUMENTAÇÃO ACATADA e INTERFACES				
Nº PROCESSO	DATA DE RECEBIMENTO	DATA DE EMISSÃO	Nº DE FOLHAS	Nº DE FOLHAS
01.102.190.15-09	28/03/2016	28/03/2020	2	2
ZONA TOTAL	QUANTIDADE	ÁREA TOTAL	DATA DE EMISSÃO	DATA DE RECEBIMENTO
150	150	6.194,38 m²	28/03/2020	28/03/2016
TÍTULOS DO PROJETO				
EMPRESA				
1. Aproveitamento	6. Licença de Aproveitamento	11. Licença de Aproveitamento	12. Licença de Aproveitamento	13. Licença de Aproveitamento
2. Modificação de Aproveitamento	7. Licença de Aproveitamento	12. Licença de Aproveitamento	13. Licença de Aproveitamento	14. Licença de Aproveitamento
3. Modificação com DECRÉSCIMO	8. Licença de Aproveitamento	13. Licença de Aproveitamento	14. Licença de Aproveitamento	15. Licença de Aproveitamento
4. Modificação com AUMENTO	9. Licença de Aproveitamento	14. Licença de Aproveitamento	15. Licença de Aproveitamento	16. Licença de Aproveitamento
5. Licença de Aproveitamento	10. Licença de Aproveitamento	15. Licença de Aproveitamento	16. Licença de Aproveitamento	17. Licença de Aproveitamento

Folha nº 142 do processo administrativo nº 01.102.190/15-09



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO

10-1
201600282

Pendente comunicado de início de obra.

DADOS GERAIS	
Nº Processo	01.102.190.15-09
Protocolo SIASP	0176696-015
Alvará concedido em	28/03/2016
Data de validade	28/03/2020
Tipo de alvará	Alvará na Hora
Data de início da obra	Pendente comunicado de início de obra
Data do projeto de modificação	12/06/2019
REQUERENTE	
Nome	Class Administração e Empreendimentos Ltda
CNPJ	13.806.693/0001-56



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Projeto
Molaspino Arquitetura e Design Ltda - CAU 294420

Obra

LOCALIZAÇÃO

Bairro Oficial	Zona Fiscal	Quarteirão	Lote(s)
Bairro Calafate	150	180	005

DESCRIÇÃO DA EDIFICAÇÃO

Título: Modificação

Uso: Não residencial

Lei: 9.958/10

Unid. Residenciais: 0

Unid. Não Residenciais: 83

Área Construída: 6.797,95 m²

Área Permeável: 1.125,61 m²

Piso(s) / Blocos

Bloco 1

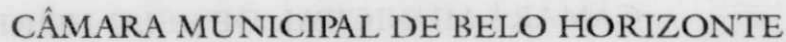
Tipo	Piso(s)	Uso(s)	Área Construída	Unid. Resid. / Não Resid.
Pav.	1	Uso comum, Não residencial e Caixa	1.994,53 m²	0 / 6
Pav.	2	Garagem, Uso comum e Garita	1.623,38 m²	0 / 0
Pav.	3	Garagem, Uso comum e Não residencial	425,60 m²	0 / 10
Pav.	4 - 7	Uso comum e Não residencial	405,82 m²	0 / 10
Pav.	8 - 9	Uso comum e Não residencial	341,37 m²	0 / 9
Pav.	10	Uso comum e Não residencial	332,45 m²	0 / 9
Pav.	11	Caixa d'água	116,00 m²	0 / 0
			6.797,95 m²	0 / 83

Vagas

Motocicletas: 14	Bicicletas: 0
Veículos automotores (172 vagas)	
Veículos Leves: 168	PCD: 4
Carga / Descarga: 1	Embarque / Desembarque: 0

Folha nº 166 do processo administrativo nº 01.102.190/15-09

- o projeto aprovado apresenta uma área líquida de 4.585,78m² (informação necessária para o cálculo do número mínimo de vagas de estacionamento):



Folha nº 165 do processo administrativo nº 01.102.190/15-09

Carimbo constante do projeto arquitetônico (apresentado junto com a documentação)

11



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

LEI Nº 7.166/96 (Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo) (com alterações promovidas pelas leis nº 8.137/00 e 9.959/10)

A Lei nº 7.166/96 prevê, em seu art. 61, que o número mínimo de vagas destinadas a estacionamento de veículo é calculado conforme o disposto no Anexo VIII.

O Anexo VIII determina:

ANEXO VIII
NÚMERO MÍNIMO DE VAGAS PARA VEÍCULOS NOS PROJETOS DE EDIFICAÇÕES
(Anexo VIII substituído pelo Anexo XI da Lei nº 9.959, de 20/7/2010 - Art. 171, XI)

CATEGORIA DE USO	CLASSIFICAÇÃO DA VIA	NÚMERO DE VAGAS	
Nº MÍNIMO DE VAGAS PARA ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS			
RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	Ligação Regional e Arterial	<ul style="list-style-type: none">▪ Unidades com área ≤ 90 m²: 1 vaga por unidade▪ Unidades com área > 90 m²: 2 vaga por unidade	
	Coletora e Local	<ul style="list-style-type: none">▪ Unidades com área ≤ 47 m²: 1 vaga por 3 unidades▪ Unidades com área ≥ 47 m² e ≤ 60 m²: 2 vagas por 3 unidades▪ Unidades com área > 60 m² e ≤ 90 m²: 1 vaga por unidade▪ Unidades com área > 90 m²: 2 vaga por unidade	
NÃO RESIDENCIAL	Ligação Regional Arterial e Coletora	<ul style="list-style-type: none">▪ 1 vaga para cada 50 m² de área líquida	<u>Vagas adicionais:</u> <ul style="list-style-type: none">▪ 1 vaga para cada 300 m² de área líquida▪ 1 vaga para cada 50 m² de espaços não cobertos essenciais ao exercício da atividade
	Local classificada como VR	<ul style="list-style-type: none">▪ 1 vaga para cada 150 m² de área líquida	<u>Vagas adicionais:</u> <ul style="list-style-type: none">▪ 1 vaga para cada 450 m² de área líquida
	Local classificada como VM ou VNR	<ul style="list-style-type: none">▪ 1 vaga para cada 75 m² de área líquida	<u>Vagas adicionais:</u> <ul style="list-style-type: none">▪ 1 vaga para cada 450 m² de área líquida
Nº MÍNIMO DE VAGAS PARA CARGA E DESCARGA			
NÃO RESIDENCIAL		<ul style="list-style-type: none">▪ área líquida > 1500 m² e < 3000 m²: 1 vaga▪ área líquida ≥ 3000 m²: 1 vaga / 3000 m², desprezando-se as frações.	
Nº MÍNIMO DE VAGAS PARA EMBARQUE E DESEMBARQUE			
Escolas (Maternais, Infantis, de ensino Fundamental e de Ensino Médio)		<ul style="list-style-type: none">▪ 1 vaga para cada 450 m² de área líquida, desprezando-se as frações	
Hotéis, Apart-Hotéis, Hospitais, Pronto Socorros e Maternidades		<ul style="list-style-type: none">▪ 1 vaga	



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

OBS.: No caso de uso misto, o cálculo do número mínimo de vagas seguirá as regras:

- da categoria de uso residencial multifamiliar para a parte residencial;
- da categoria de uso não residencial para a parte não residencial.

No caso de edificação destinada a uso não residencial atrator de veículos de carga, o § 5º do art. 61, prevê que, poderá ser facultada, a critério do órgão municipal responsável pelo trânsito, a utilização de, no máximo, 70% da área reservada para estacionamento de veículos leves como área de estacionamento e manobra de veículos pesados.

Quanto aos empreendimentos de impacto, a Lei nº 7.166/96 prevê:

Art. 73 - Empreendimentos de impacto são aqueles, públicos ou privados, que venham a sobrecarregar a infraestrutura urbana ou a ter repercussão ambiental significativa.

Art. 74 - A instalação, a construção, a ampliação ou o funcionamento dos empreendimentos de impacto, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis, ficam sujeitos a:

- I - licenciamento ambiental pelo COMAM, nos termos da legislação específica, nos casos em que o empreendimento implique repercussões ambientais significativas;
- II - licenciamento urbanístico pelo COMPUR, nos casos em que o empreendimento implique repercussões preponderantemente urbanísticas.

§ 1º - Os órgãos da administração municipal somente aprovarão projeto de implantação ou ampliação dos empreendimentos de impacto após o licenciamento a que se refere o *caput*, sob pena de responsabilização administrativa e nulidade dos seus atos.

§ 2º - O licenciamento das atividades a que se refere o inciso I do *caput* deste artigo dependerá da prévia elaboração de estudos que contenham a análise de impactos no meio ambiente e as medidas destinadas a minimizar as consequências indesejáveis e a potencializar os seus efeitos positivos, inclusive a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental - EIA - e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA -, quando for o caso.

§ 3º - Lei específica disporá sobre a regulamentação do licenciamento de que trata este artigo.

§ 4º - O licenciamento das atividades a que se refere o inciso II do *caput* deste artigo dependerá da elaboração de estudos que contenham a análise de impactos nas condições funcionais, paisagísticas e urbanísticas e as medidas destinadas a minimizar as consequências indesejáveis e a potencializar os seus efeitos positivos, inclusive a elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV -, conforme o disposto no Capítulo XI da Lei nº 7.165/96, quando for o caso.

§ 5º - O funcionamento de empreendimento de impacto já instalado poderá ficar condicionado ao licenciamento urbanístico, quando convocado pelo COMPUR.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A Lei nº 7.166/96 define os empreendimentos que devem se submeter ao licenciamento ambiental:

Art. 74-A - Submetem-se a licenciamento ambiental pelo COMAM as seguintes atividades e os seguintes empreendimentos de impacto:

- I - extração ou tratamento de minerais;
- II - barragens para contenção de rejeitos ou resíduos;
- III - indústrias com repercussão ambiental significativa;
- IV - usina de asfalto;
- V - terminais rodoviários, ferroviários e aeroviários;
- VI - terminais de minério, de produtos químicos e petroquímicos;
- VII - oleodutos, gasodutos, minerodutos;
- VIII - interceptores de esgoto;
- IX - aterros sanitários e usinas de reciclagem de resíduos sólidos e estação de transbordo de resíduos;
- X - unidades de incineração de resíduos;
- XI - autódromos, hipódromos e estádios esportivos;
- XII - cemitérios e crematórios;
- XIII - matadouros e abatedouros;
- XIV - estabelecimentos prisionais;
- XV - ferrovias, subterrâneas ou de superfície;
- XVI - linhas de transmissão de energia elétrica, acima de 230 kV (duzentos e trinta quilovolts);
- XVII - usinas de geração de eletricidade, qualquer que seja a fonte de energia primária, acima 10 MW (dez megawatts);
- XVIII - intervenções em corpos d'água - tais como barragens, canalizações, retificações de coleções de água - e em diques;
- XIX - estações de tratamento de água;
- XX - estações de tratamento de esgotos sanitários;
- XXI - garagem de empresas de transporte de passageiros e de cargas;
- XXII - postos de abastecimento de veículos e de revenda de combustíveis;
- XXIII - loteamentos;
- XXIV - parcelamentos destinados a uso industrial;
- XXV - obras de arte compreendidas por viadutos, túneis e trincheiras;
- XXVI - hospitais;
- XXVII - tipologias de atividades e empreendimentos arrolados pelo Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM -, como modificadoras do meio ambiente, sujeitas ao licenciamento ambiental ou à autorização ambiental de funcionamento.

Parágrafo único - O COMAM estabelecerá, com base em critérios que conjuguem o porte e o potencial poluidor ou degradador do meio ambiente, quais as atividades e os empreendimentos arrolados neste artigo que estarão sujeitos a licenciamento simplificado perante o órgão municipal de meio ambiente, e quais os procedimentos específicos aplicáveis a cada modalidade de licenciamento.

A Lei nº 7.166/96 também define os empreendimentos que devem se submeter ao licenciamento urbanístico:

Art. 74-B - Submetem-se a licenciamento urbanístico pelo COMPUR os seguintes empreendimentos de impacto:

- I - os edifícios não residenciais com área de estacionamento maior que 10.000 m² (dez mil metros quadrados) ou com mais de 400 (quatrocentas) vagas;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- II - os destinados a uso residencial que tenham mais de 300 (trezentas) unidades;
- III - os destinados a uso misto com mais de 20.000 m² (vinte mil metros quadrados);
- IV - os destinados a serviço de uso coletivo com área maior que 6.000 m² (seis mil metros quadrados);
- V - casas de show, independentemente da área utilizada;
- VI - centro de convenções, independentemente da área utilizada;
- VII - casa de festas e eventos com área utilizada superior a 360 m² (trezentos e sessenta metros quadrados);
- VIII - hipermercados com área utilizada igual ou superior a 5.000 m² (cinco mil metros quadrados);
- IX - os parcelamentos vinculados, na figura de desmembramento, que originem lote com área superior a 10.000 m² (dez mil metros quadrados) ou quarteirão com dimensão superior a 200 m (duzentos metros);
- X - as intervenções em áreas urbanas consolidadas, compreendidas por modificações geométricas significativas de conjunto de vias de tráfego de veículos;
- XI - os helipontos;
- XII - outros empreendimentos sujeitos a EIV definidos por lei municipal.

Parágrafo único - Mediante definição de padrões e procedimentos, o COMPUR poderá delegar ao Executivo a análise de licenciamentos de empreendimentos que sejam considerados de baixa repercussão negativa para a vizinhança.

Art. 74-C - Estão sujeitos à elaboração de EIV os empreendimentos de que trata o art. 74-B desta Lei.

Art. 74-D - A classificação de novos empreendimentos e a definição de tipo de licenciamento a que estarão sujeitos será efetuada mediante lei municipal.

Art. 74-E - O estudo para fins de licenciamento, realizado para empreendimentos de impacto, deverá prever a revisão e a adequação do zoneamento da área impactada pela intervenção, se for o caso.

CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS

Analisando-se as normas relativas a empreendimentos de impacto contidas na Lei nº 7.166/96, observa-se que o empreendimento em questão, pelas suas características, não se enquadra como de impacto.

Quanto às vagas de estacionamento, o Anexo VIII - Número mínimo de vagas para veículos nos projetos de edificações - determina que edificações destinadas ao uso não residencial localizadas em vias classificadas como arteriais (a Av. Amazonas classifica-se como via arterial) devem ter, no mínimo, 1 vaga para cada 50m² de área líquida e ainda, vagas adicionais, sendo 1 vaga para cada 300m² de área líquida.

O empreendimento aprovado possui área líquida de 4.585,78m², o que exigiria o seguinte número mínimo de vagas de estacionamento de veículos leves:

- 4.585,78m² dividido por 50 = 91,71 vagas;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E POLITICA URBANA

PARECER DO PROJETO DE LEI 835/2019

VOTO DO RELATOR – 1º TURNO

VEREADOR JULIANO LOPES

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 835/2019 de autoria do vereador Catatau do Povo, dispõe sobre a queima de pneus e outros objetos em vias públicas durante manifestações populares.

Na função de relator designado pela matéria, segue a fundamentação, parecer e voto, no que compete a Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, art. 52, IV, "a" e "h", do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei em epígrafe vem a dispor sobre a queima de pneus e outros objetos em vias públicas durante manifestações populares. Sendo assim, enalteço a iniciativa do nobre vereador Catatau do Povo, que foi muito coerente ao que se trata da matéria em objeto.

Sabemos nos dias atuais, que é de suma importância alinhar as modernidades com a legislação e as possíveis alterações legislativas ao que pede a sociedade. No entanto, é correlacionado a postura municipal.

Sabe-se, que é de suma importância todo o cuidado para realizar alterações quando algum Projeto de Lei vier a versar de alguma matéria que reflete diretamente ao cidadão como **usuário do sistema (ambiental) municipal final**, pois, afeta diretamente a população munícipe, pois, tão logo, vem a englobar a postura municipal.

Mister dizer que a presente matéria do projeto, tem relação direta com o meio ambiente, e sendo assim, devemos nos atentar ao que nos traz a legislação ambiental. Por isso, havendo uma política de preservação e proteção ambiental, não haveria problemas no que toca o objeto, pois, com a existência normativa sobre a matéria proporcionará maior segurança jurídica e ambiental, tanto no que toca a construção e funcionamento, tanto na



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

preservação e impacto ambiental, podendo assim, haver uma política de preservação, proteção e recuperação ambiental.

Ressalta-se que, nos dias atuais estamos vivenciando várias queimadas, não somente de pneus e similares em manifestações, mas também, em áreas ambientais e áreas de preservação.

Insta salientar, portanto, que há um ganho ao munícipe, caso o município venha a receber a presente proposta legislativa, pois, além de não entrar em colapso com nenhuma legislação vigente, incluindo o Código de Posturas do Município, a ação desses indivíduos que praticam tal ato seriam medidas tipificadamente puníveis. Tal medida, andaria lado a lado com o art. 186, IX, "a" da Lei Orgânica Municipal que versa exatamente sobre o dever de adotar estratégias e metas que venham a reduzir a emissão de gases causadores do efeito estufa, que são gerados, principalmente por queimadas.

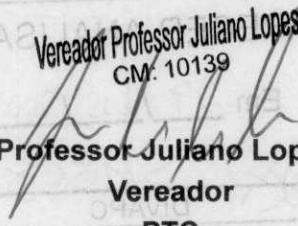
Ainda que se messe nessa seara, podemos concluir que o presente projeto de lei, além de tratar diretamente com o direito difuso ao meio ambiente, trata diretamente de sua preservação, sendo muito importante sua aprovação.

Em suma, no que toca a Comissão de Meio Ambiente, não vejo nenhuma obstrução quanto a matéria em relação ao que vem a competência da comissão.

CONCLUSÃO

Posto exposto, prolato parecer favorável ao PL 835/2019.

Belo Horizonte, 29 de novembro de 2019.


Vereador Professor Juliano Lopes
CM: 10139
Professor Juliano Lopes
Vereador
PTC



OF. GABPREF/DALE Nº 107/19

Belo Horizonte, 11 / 11 /2019

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 1.101/2019** – Vereador Flávio dos Santos – encaminhado pelo ofício Of. DIRLEG Nº 3.760/19, de 17/09/2019.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 1.101/2019, de autoria do Vereador Flávio dos Santos, que solicita informações sobre o cumprimento da Lei nº 10.142, de 24 de março de 2011, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedos adaptados em praças, parques, escolas e creches municipais, bem como em locais de diversão em geral abertos ao público" e do Decreto nº 16.363, de 4 de julho de 2016, que "Institui o Selo de Acessibilidade para o Comércio no Município de Belo Horizonte, e dá outras providências."

Consultadas, a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, e a Secretaria Municipal de Educação manifestaram-se por meio do Ofício GAB-SMEL/GEALE nº 254/2019, Ofício DPPD/SMASAC nº 019/2019, e Ofício SMED/EXTER/1.320-2019, respectivamente, conforme cópias anexas.

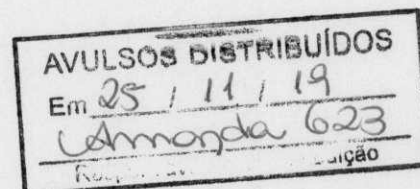
Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Guilherme de Souza Barcelos

Diretoria de Acompanhamento Legislativo em exercício
Gabinete do Prefeito

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL





PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

ORIGINAL

Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

Ofício GAB.SMEL/GEALE n.º 254/2019

Belo Horizonte, 04 de outubro de 2019.

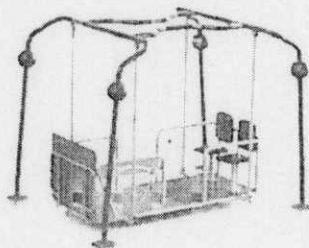
Assunto: Resposta a TAG 175081.

Senhor Gerente,

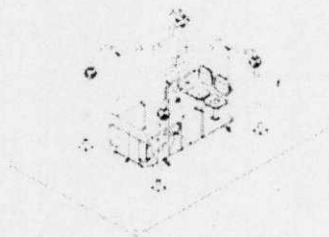
Em resposta ao ofício TAG 175081, que encaminha Requerimento de Comissão n.º 1101/2019, onde solicita informações sobre playgrounds com implantação de brinquedos adaptados, a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer – SMEL informa que:

A SMEL começou a instalar playgrounds em Belo Horizonte este ano, por meio de duas emendas parlamentares (processo CEF 1032698-31/2016 e 1032267-93/2016).

Já foram realizados os processos licitatórios para a compra de 24 playgrounds, constituídos de 04 brinquedos (escorregador, gaiola labirinto, balanço duplo e *balanço em nível*), sendo o *balanço em nível*, o aparelho adaptado para criança com deficiência.



PISO DE CONCRETO
MEDIDAS 3,3 x 3,1
* 3 MEDIDAS DE CIMENTO
* 3 MEDIDAS DE PEDRA
* 3 MEDIDAS DE AREIA
* 1 MEDIDA DE AGUA



No dia 04 de outubro de 2019 o primeiro playground foi instalado na Comunidade da Pedreira Prado Lopes - Rua Araribá, bairro São Cristóvão. A instalação dos demais equipamentos está previsto ocorrer até julho/2020.



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

Referente à fiscalização, vistoria em playgrounds para avaliar o cumprimento das disposições da Lei nº 10142/2011, estes devem seguir o artigo 3º do Decreto nº 16.363/2016.

Atenciosamente,

Elberto Furtado Júnior

Elberto Furtado Júnior
BM 113.842-X
Secretário Municipal de
Esportes e Lazer

Secretário Municipal de Esportes e Lazer – SMEL

Ao Senhor
Felipe Prates Rozenberg
Gerente de Acompanhamento Legislativo - GEALE
Diretoria de Acompanhamento Legislativo - DALE
Gabinete do Prefeito
PBH



Ofício DPPD/SMASAC n.º 019/2019

Belo Horizonte, 02 de outubro de 2019.

Assunto: Resposta ao TAG N° 175081 referente ao Requerimento da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana da CMBH (Requerimento de Comissão n° 1.101/2019).

Prezada Secretária,

Em resposta ao TAG N° 175081 referente ao Requerimento de Comissão n° 1.101/2019 da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana da Câmara Municipal de Belo Horizonte, a Diretoria de Políticas para as Pessoas com Deficiência - DPPD com base nas ações desenvolvidas e informações disponíveis no setor, presta as seguintes informações:

Sobre o cumprimento das disposições da Lei n° 10.142/2011, esta DPPD possui apenas o registro de implantação de 01 (um) balanço acessível no Parque Municipal Renné Giannetti inaugurado no dia 28/05/2013. Em busca de fomentar o cumprimento de tal dispositivo legal, a DPPD ao propor a elaboração do Plano Municipal de Políticas para as Pessoas com Deficiência, buscou articular junto aos órgãos que possuem atribuições afetas aos dispositivos da Lei n° 10.142/2011, para buscar o estabelecimento de ações que possam efetivar o cumprimento dos termos da referida lei.

Em articulação com a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica e Secretaria Municipal de Meio Ambiente, não foram constatadas previsões orçamentárias para a implantação de brinquedos acessíveis, o que inviabilizou um planejamento em curto prazo neste sentido. Esta DPPD não possui informações quanto aos dados da SMED e da Fiscalização do cumprimento das disposições da Lei n° 10.142/11.

Em relação aos termos do Decreto n° 16.363/16, que institui o Selo de Acessibilidade no Comércio no Município de Belo Horizonte, e dá outras providências, a DPPD informa que a Comissão Permanente de Acessibilidade – CPA foi formalmente instituída pela Portaria SMASAC N° 138/2018 em 08/08/2018, sendo que seus trabalhos estão sendo coordenados por esta DPPD. A este respeito, a CPA encontra-se no processo de construção de instrumentos devidamente validados que possam avaliar de forma fidedigna a acessibilidade conforme os termos da legislação em vigor para posterior implementação do Selo de Acessibilidade.

Importante ressaltar que para além dos equipamentos do comércio, a CPA deliberou conforme prerrogativa do Art. 11 do Decreto n° 16.363/16, ampliar a abrangência prevista para os espaços, transportes coletivos, mobiliários e equipamentos urbanos. Tal opção atenderia integralmente às demandas de vistoria, quando solicitado, em playgrounds e brinquedos conforme os termos da Lei n° 10.142/2011.



Em função dos novos conceitos estabelecidos na Lei Brasileira de Inclusão - LBI, Lei nº 13.146/2015 relacionado ao Art. 55, no que tange a concepção e a implantação de projetos e de outros serviços, equipamentos e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, que devem atender aos princípios do desenho universal como regra de caráter geral, a CPA tendo como referência as normas de acessibilidade e os conceitos do desenho universal vem alinhando concepções adotadas nos diversos órgãos que a compõe.

Entretanto, a complexidade do desenvolvimento de instrumentos bem como do recente conceito sobre o desenho universal, levou a CPA a buscar apoio para o desenvolvimento dos referidos instrumentos. Encontra-se em processo final de formalização, a cooperação da Escola de Arquitetura da UFMG para atuar na orientação do desenvolvimento dos instrumentos que possam efetivamente analisar o cumprimento dos requisitos de acessibilidade considerando-se não somente os requisitos mínimos das Normas Técnicas da ABNT, mas também a possibilidade de estabelecimento de requisitos ideais. Para tanto, os trabalhos da CPA estão concentrados inicialmente em modelar os processos de avaliação de edificações públicas considerando-se pesos e possíveis restrições que o descumprimento parcial de itens previstos nas normas possam impactar no nível de acessibilidade de determinada edificação como um todo. Estão sendo considerados também os conceitos legais de adaptações razoáveis previstos em casos em que soluções de desenho universal e/ou de adaptações conforme os requisitos mínimos da ABNT não possam ser adotados.

Portanto, as vistorias técnicas que estão sendo realizadas, bem como os pareceres que se encontram em elaboração pela CPA, estão focados em avaliar edificações públicas, enquanto projeto piloto, com o intuito de subsidiar a elaboração de recomendações internas que possam suprir as necessidades para a validação dos instrumentos de avaliação da acessibilidade que posteriormente serão adotados para a concessão dos selos de acessibilidade conforme previstos nos termos do Decreto nº 16.363/15.

Considerando-se a pertinência do requerimento em pauta, a DPPD irá encaminhar à CPA a demanda pela efetivação do cumprimento da Lei nº 10.142/11 para que o tema dos playgrounds e brinquedos acessíveis possam constar na pauta dos instrumentos de avaliação que se encontram em elaboração. Desde já nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Luiz Henrique Porto Vilani - BM:71042-7
Diretor de Políticas para as Pessoas com Deficiência
Subsecretaria de Direito e Cidadania

Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania

De acordo
Thiago Alves da Silva
BM: 115.202-3
Subsecretaria de Direitos de Cidadania
SUOC / SMASAC

À Senhora

Maira da Cunha Pinto Colares

Secretária Municipal

Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania

M. P. Colares
Maira da Cunha Pinto Colares
BM 114.224-9
Secretaria Municipal de Assistência Social,
Segurança Alimentar e Cidadania



SMED/EXTER/1.320-2019.

Belo Horizonte, 20 de setembro de 2019.

Assunto: Demanda 175081.
Requerimento de Comissão 1101/2019.

Senhor Vereador,

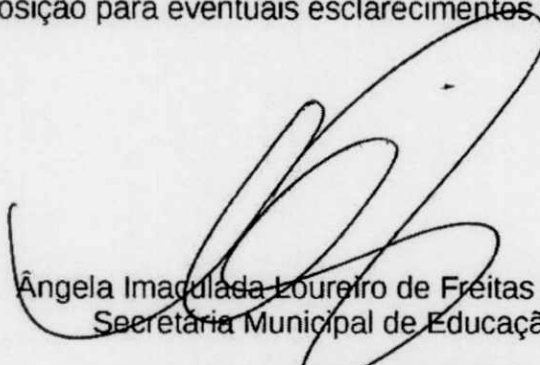
Com os nossos cordiais cumprimentos, em resposta à Demanda em referência, informamos que nossas escolas têm buscado intensamente reformas e adequações necessárias ao atendimento escolar plenamente inclusivo. Não é tarefa fácil, pois a média de idade dos nossos prédios é de 30 a 40 anos, quando a legislação protetiva no país era falha ou não existia.

Além dos espaços físicos, temos hoje implantadas 90 salas de atendimento especializado, onde mais de 2.500 crianças com deficiência têm acesso a recursos pedagógicos e lúdicos adaptados.

Estamos montando, para o primeiro semestre de 2020, uma licitação que incluirá também brinquedos externos acessíveis. Um piloto já foi implantado pela Escola CIAC-Barreiro e os resultados de uso se mostram extremamente bem sucedidos. Assim, entendemos que cumprimos a lei, ao evoluirmos todos os dias rumo à máxima inclusão em equipamentos e instalações.

Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben
Secretaria Municipal de Educação

Netália Raquel Ribeiro da Araújo - RM 114448-6
Subsecretária de Planejamento, Gestão e Finanças
Secretaria Municipal de Educação

Ao Senhor
Vereador Elvis Côrtes
Câmara Municipal de Belo Horizonte
NESTA



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

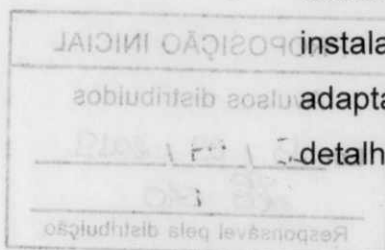
1101/2019

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º, da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, combinado com o art. 48, II, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao prefeito de Belo Horizonte, pedido de informação sobre o cumprimento da Lei nº 10.142, de 24 de março de 2011, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedos adaptados em praças, parques, escolas e creches municipais, bem como em locais de diversão em geral abertos ao público" e do Decreto nº 16.363, de 4 de julho de 2016, que "Institui o Selo de Acessibilidade para o Comércio no Município de Belo Horizonte, e dá outras providências".

Solicitam-se:

- informações referentes ao cumprimento das disposições da Lei nº 10.142/11, desde a data de sua publicação, contendo, especialmente, identificação e detalhamento de *playgrounds* localizados nos seguintes espaços públicos: jardins, praças, parques, clubes, áreas de lazer, áreas abertas ao público, escolas e creches municipais que obtiveram implantação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência; com especificação dos brinquedos instalados, inclusive daqueles adaptados para atender a crianças com deficiência visual;
- informações sobre eventuais cronogramas existentes para instalação, nos espaços públicos citados, de brinquedos adaptados conforme a Lei nº 10.142/11, com respectivo detalhamento;



Excelentíssimo Senhor
Vereador Elvis Côrtes
Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana

- informações sobre a realização de fiscalização do cumprimento das disposições da Lei nº 10.142/11, desde a data de sua publicação, em *playgrounds* localizados nos seguintes espaços, em propriedade privada de uso público: jardins, praças, parques, clubes, áreas de lazer, áreas abertas ao público, escolas e creches;
- informações sobre as vistorias, os pareceres, as análises, os estudos e os debates de que tratam os incisos do art. 3º do Decreto nº 16.363/16, sobretudo em relação aos brinquedos a que se refere a Lei nº 10.142/11.

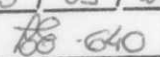
Belo Horizonte, 11 de Setembro de 2019


Vereador Flávio dos Santos

PROPOSIÇÃO INICIAL

Avulsos distribuídos

Em 13 / 09 / 2019


Responsável pela distribuição

Reg. Análise
pedido de informação
Monteiro César



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DESPACHO DE DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

REQUERIMENTO DE COMISSÃO nº 1101 / 2019

Solicitação relativa a:

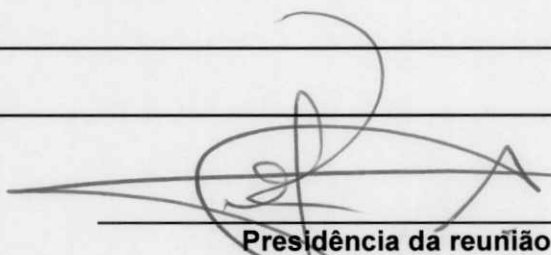
- ☒ Pedido de Informação a autoridade municipal
- ☐ Solicitação de Estudo Técnico à Consultoria Legislativa
- ☐ Envio de Ofício
- ☐ Apresentação de Indicação de autoria da Comissão
- ☐ Apresentação de Moção de autoria da Comissão
- ☐ Outros tipos: _____

A Comissão de **Meio Ambiente e Política Urbana** deliberou por:

- ☐ **alterar oralmente** as características da solicitação aprovada.
- ☐ **adiar** a apreciação do requerimento.
- ☐ **rejeitar** o requerimento.
- ☒ **aprovar** o requerimento.
- ☐ **outros:** _____

31ª Reunião ORDINÁRIA

Em 16 / 09 / 2019


Presidência da reunião

Vereadora/vereador ELIS CORTES

Avulsos distribuídos em:

16 / 09 / 2019

16-640

Secapc

Responsável Divapc: Giovanni / Alex

Responsável Divcol: _____



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Of. Dirleg nº 3.760/19

Belo Horizonte, 17 de setembro de 2019

Senhora Secretária,

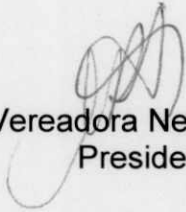
Informo a Vossa Excelência que foi aprovado, na Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, em 16/9/19, o Requerimento de Comissão nº 1.101/19, de autoria do vereador Flávio dos Santos, dirigido ao Executivo.

Cumpre esclarecer que, conforme o § 1º do art. 86 do Regimento Interno desta Casa c/c o § 4º do artigo 76 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, o prazo para o cumprimento do pedido é de até 30 (trinta) dias corridos.

Em caso de resposta cujo teor ultrapasse 100 (cem) laudas, solicita-se o encaminhamento do volume também por meio digital, em mídia física.

Segue, anexa, cópia do Requerimento de Comissão nº 1.101/19.

Atenciosamente,


Vereadora Nely Aquino
Presidente

Excelentíssima Senhora
Adriana Branco Cerqueira
Secretária Municipal de Assuntos Institucionais e
Comunicação Social e Chefe de Gabinete do Prefeito
Avenida Afonso Pena, 1.212 - 2º andar - Centro
Belo Horizonte – MG
/mfl

Recebido por: <u>J. Oliveira</u>	NOME LEGÍVEL
MATRÍCULA OU IDENTIDADE: _____	
Órgão: <u>DACE</u>	
Em <u>18/09/19</u>	Hora: <u>14h59</u>
Prazo para resposta até <u>18/10/19</u>	



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

16ª PJ DEFESA DE HABITACAO E URBANISMO DA COMARCA DE BELO HORIZONTE

Ofício n.º 879

Ref: Notícia de Fato n.º MPMG-0024.19.018873-0

BELO HORIZONTE, 14 de novembro de 2019.

Ilustríssimo(a) Senhor(a),

Comunico a Vossa Senhoria que a representação encaminhada a este Órgão no dia 14 de novembro de 2019 foi registrada neste(a) Promotoria de Justiça com a determinação de instauração de Notícia de Fato, que recebeu o n.º MPMG-0024.19.018873-0.

Descrição do Fato: Apurar notícia de irregularidades arquitetônicas e estruturais da obra em curso na Rua Ronaldo Mouthe Queiroz, 20, Bairro Tirol, onde será implantada a entidade PEMSE - Polo de Evolução de Medidas Socioeducativas (Filial Letícia) e de expedição de documento municipal de licença para Casa de Semiliberdade, código 4, para bairro residencial, que não pode receber essa atividade.

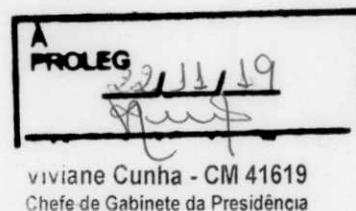
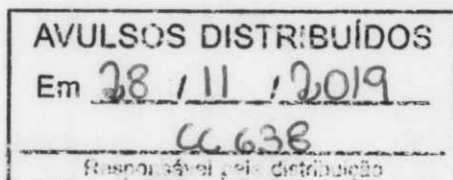
Atenciosamente,

Claudia Ferreira de Souza

CLAUDIA FERREIRA DE SOUZA
PROMOTORA DE JUSTIÇA

Ilustríssimo(a) Senhor(a)

MORADORES DA COMUNIDADE DO BAIRRO TIROL E REGIÃO, REGIONAL
BARREIRO – CÂMARA MUNICIPAL DE BH
Avenida dos Andradas, 3100 – Santa Efigênia
Belo Horizonte/MG



Sil 3851

CHRGH_DTRLEG-28/nov/19-14:38:37-000168-1

CÂMARA MUNICIPAL DE BH - 22-10-2019-10:00-013355-1/2

PRESENCIA

Solicita-se que se
proceda o encaminhamento
deste ofício à Direção para
distribuir às comissões locais

28.11.19

ymc —

Marcos Amaral Castro
Procurador Geral
OAB/MG 103.211

À Comissão de Desenvolvi-
mento Económico, Transportes
e Sistema Viário, e à Comissão
de Meio Ambiente e Política
Urbana, para conhecimento.

Pautar em reunião de
ambas as comissões.

Arquivo
Frederico Stéfano de Oliveira Arriero
Diretor do Processo Legislativo

